



Antiga Escola da Vila: da intenção à realidade

Luis Sousa*

Palavras-chave

Escola tipo «Adães Bermudes»; Ensino primário público

Keywords

School type « Adães Bermudes »; Public Primary Education

Resumo

O texto que presentemente se expõe tem como objeto de estudo a antiga Escola Primária de Instrução Pública de Silvares, situada no seio da vila de Lousada. Trata-se de uma antiga escola pública de instrução primária, conhecida como de tipo «Adães Bermudes». Estas escolas surgiram em inícios do século XX, tendo sido erigidas um pouco por todo o país num número que se aproxima das duas centenas. A construção deste tipo de edifícios parece ter-se realizado entre 1902 e 1912, após a aprovação do “Programa para a elaboração de projetos de edifícios destinados a escolas de instrução primária”.

Abstract

The following text takes as its object of study, the former Public Primary School in Silvares, situated in the heart of the town of Lousada. It is a former public school for primary education, known as “Adães Bermudes”. These schools have emerged at the beginning of the twentieth century. Around two hundred schools were built all over the country. The construction of this type of buildings seems to have been carried out between 1902 and 1912, after the approval of the “Program for the working up of buildings projects for primary education schools”.

* Arqueólogo. Mestrando em Arqueologia FLUP; luis.sousa2@gmail.com

1. Introdução

Situada na freguesia de Silvares¹, concelho de Lousada, a Antiga Escola Primária de Silvares, onde atualmente se encontram as instalações da Biblioteca Municipal, é uma antiga escola pública de instrução primária, conhecida como de tipo «Adões Bermudes». Estas escolas surgiram em inícios do século XX, tendo sido erigidas um pouco por todo o país num número que se aproxima das duas centenas. A construção deste tipo de edifícios parece ter-se realizado entre 1902 e 1912, após a aprovação do “Programa para a elaboração de projetos de edifícios destinados a escolas de instrução primária”, levado a efeito pelo Estado, que pretendia assim colocar o professor num patamar de distinção enquanto agente do progresso, corroborando, de certa maneira, com os ideais liberais e republicanos em voga na época. O programa aspirava com isto o desenvolvimento de uma tentativa de prover o país de uma nova infraestrutura, dotando-a de equipamento e investindo de forma clara

na instrução, transparecendo, portanto, uma mudança na forma de estar e atuar da classe governante de finais de oitocentos.

Algumas das escolas tipo «Adões Bermudes» continuam ainda hoje a funcionar como tal, embora não dentro da ideologia ‘separatista’ dos sexos que detinham inicialmente, bem patente nas inscrições do corpo frontal do edifício escolar, sobre as portas laterais, onde se lê do lado direito «FEMININO» e do lado esquerdo «MASCULINO». Pelo que tivemos oportunidade de observar, mesmo os professores lecionavam apenas às crianças do seu sexo semelhante, e quando o seu nome surge referenciado à escola é bem explícita a menção a “professora da escola feminina” e “professor da escola masculina”.

As escolas deste tipo não obedecem hoje aos pressupostos impostos pelo Ministério da Educação, pelo que, paulatinamente, têm vindo a perder a sua funcionalidade original, sendo adaptadas a outras funções, por exemplo a bibliotecas, como sucedeu em Silvares (Lousada),



Figura 1. Escola Primária de Silvares. Postal circulado na década de 20 do século XX.

¹ Este artigo é o resultado de um trabalho a que demos o título *Antiga escola de Silvares (Lousada): escola tipo “Adões Bermudes”*, realizado no âmbito da disciplina de *História Local e Cidadania Patrimonial*, no ano letivo de 2006/2007, incluída na realização da nossa Licenciatura em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo o mesmo sido desenvolvido sob orientação do Professor Doutor Luís Miguel Duarte, a quem agradecemos o facto de ter-nos incutido o gosto pela História Local.

todavia, outros usos têm sido atribuídos, como de auditório, sedes de associações, etc. Certo é que se trata de uma infraestrutura de peculiar arquitetura, que marcou várias gerações e que se encontra, ainda hoje, bem presente na memória das populações locais.

2. O ensino primário em Portugal: breve enquadramento legal da construção das escolas de instrução primária em finais do século XIX.

A partir, sensivelmente, da segunda metade do século XIX, surgiram nos mais variados meios da sociedade portuguesa vozes convergentes que apontavam para um efetivo estado de degradação do ensino, situação que se estendia de igual forma aos edifícios escolares, para os quais se reclamava uma célere intervenção dado o seu adiantado estado de degradação e as baixas condições de

sanidade que os edifícios apresentavam. A partir da década de setenta, o clima respeitante ao ensino escolar em Portugal era de expectativa. Assistia-se a um movimento generalizado da sociedade portuguesa; não só os cidadãos instruídos que mercê da sua posição se faziam ouvir, como também os meios operários contestavam pela educação das classes mais baixas.

No sentido de se perceber a evolução do enquadramento geral da construção das escolas de instrução primária conviria recuarmos até ao início dos governos monárquicos liberais (1820), porém, não é nosso propósito apresentar aqui, de momento, tal enquadramento legal, mas gostaríamos de expor algumas fazes importantes que levarão a uma tomada de posição pelo Estado, que culmina com a abertura de um concurso que dará início ao aparecimento das escolas do Arquiteto Adães Bermudes (Tabela 1).

No terceiro quartel do século XIX, o Conde Ferreira deixa em testamento a quantia de 144000\$000 réis, soma que deveria ser empregue

Ano	Tipo de Construção	Disposições legais	Características gerais dos edifícios	Imagens
1866/1880	CF (Tipo Conde Ferreira)	Planta topográfica do terreno. Elementos sobre rede escolar (n.º de alunos, áreas e condições higiénico-pedagógicas)	Fachada imponente; Salas de aula principal com área de 50 a 115m ² ; Saleta; Vestíbulo; Campanário; Sanitário no exterior.	
1902/1912	AB (Tipo Adães Bermudes)	Definição global das tipologias e características das escolas nos projetos a elaborar (escolas femininas, masculinas ou mistas).	Casa(s) para professores, com dois pisos e sótão, adjacente(s) às salas de aula; Salas de aula térreas; Janelas com maior altura do que largura, prevendo janelas basculantes superiores para garantia de ventilação superior transversal;	
	TI (Tipo Indefinido)		Edifícios que não correspondem a qualquer um dos outros tipos; Construção segundo gostos pessoais, quase sempre de particulares.	

Tabela 1. Construções Escolares de 1866 a 1912, 1.º CEB – Norte: Características Gerais – Fonte: Site [em linha] <http://www.dren.min-edu.pt>.

na construção de 120 escolas primárias em todo o país, o que demonstra o estado afluente do ensino primário em Portugal e do qual Conde Ferreira seria um profundo conhecedor; mas, e acima de tudo, este ato marcará de forma vinculada uma época, em que principiam as construções de edifícios diretamente relacionados com a instrução.

Em 1866, ano em que Conde Ferreira lega em testamento os referidos 144000\$000 réis, o Estado regulamenta, através da Portaria de 20 de julho de 1866, a construção e equipamento das escolas de instrução primária. Sete dias apenas após a entrada em vigor da supracitada Portaria, a Carta de Lei de 27 de julho de 1866 refere a importância que devem desempenhar as paróquias e/ou municípios na aquisição de casa para os exercícios escolares nas diversas regiões do país, através da venda e/ou aforamento de terrenos baldios. A mesma Carta de Lei previa uma certa autonomia em determinadas matérias, podendo aforar ou vender em hasta pública bens próprios ou baldios de logradouro comum, para aplicar o produto deles à compra, construção, reedificação ou reparação de edifícios para escolas do ensino primário, todavia, apenas com prévia autorização do Conselho de Distrito.

No último quartel do século XIX, lança-se um conjunto de Decretos, Leis e Portarias que visam a regulamentação do ensino em Portugal, numa clara tentativa de descentralização – que nunca se verificou. Na sequência desta legislação sem efeitos práticos reais, o Decreto de 6 de maio de 1892 faz recair novamente no estado a responsabilidade de administrar a escola primária. A partir deste diploma dar-se-á início a uma nova era na construção de edifícios destinados à instrução escolar primária, sucedâneos das escolas de Conde Ferreira. Será na sequência deste quadro de legislação regulamentar e da crescente pressão, que surgirá o “Programa para a elaboração de projetos de edifícios destinados a escolas de instrução primária”, que deu entrada

no Ministério das Obras Públicas a 10 de janeiro de 1898 e publicado no jornal O Século de 11 de janeiro do mesmo ano (Beja et alii, 1990: 75).

3. Adães Bermudes: o arquiteto e a obra

3.1. Quem foi Adães Bermudes?

Foi um cidadão de ideias republicanas que muito contribuíram, na época, para a formação do “homem novo” e teve uma participação consciente e esclarecida no renascimento e progresso nacional.

Com justiça, podemos afirmar que como arquiteto foi no seu tempo o Siza Vieira dos nossos dias. (Gonçalves, 2002: 56)

Arnaldo R. Adães Bermudes² nasceu no Porto, na freguesia de Santo Ildefonso, a 29 de setembro de 1863 (Gonçalves, 2002: 56). Obteve a sua formação na Academia Portuguesa de Belas Artes e na Escola Nacional de Belas Artes de Paris. Foi responsável pela elaboração de projetos de edifícios escolares públicos de instrução primária, na sequência da política de equipamento e investimento na instrução, levada a efeito pelo Estado em finais do século XIX, e



Figura 2. Arquiteto Adães Bermudes.

² Imagem obtida em: Site [em linha] <http://aminhasintra.net/sintraclopedia/adaes-bermudes>



Figura 3. Edifício na Avenida Almirante Reis.

que se inseriam no “Programa para a elaboração de projetos de edifícios destinados a escolas de instrução primária”. O projeto então vencedor granjeou a Adães Bermudes apreciada distinção, facto que veio a valer-lhe a Medalha de Ouro da secção de arquitetura escolar na Exposição Universal de Paris, em 1900 (Oliveira e Alves, 2005: 297).

Em inícios do século XX, entre 1902 e 1912, construíram-se em Portugal cento e oitenta e quatro escolas dispersas um pouco por todo país, ficando conhecidas como escolas tipo «Adães Bermudes», onde se inclui a Escola Primária de Silves (Lousada).

Ao longo da sua vida legou-nos uma rica e diversificada arquitetura, edificada maioritariamente na primeira metade do século XX. Para além das escolas já referidas destacam-se os projetos do edifício na Avenida Almirante Reis, nº2³, que lhe valeu o Prémio Valmor⁴, em 1908. Em Sintra constroem-se entre 1906 e 1908 os novos Paços do Concelho⁵, entre a Vila Velha e a Estefânia que apresenta fachadas austeras, janelas neo-manuelinas e uma imponente torre de cobertura piramidal a azulejo. De 1910 data a Escola Brotero, em Coimbra, e, volvidos três anos sobre este projeto, surge o do Edifício da Escola Normal de Lisboa. Em 1917 é construído o Edifício Principal do ISA⁶, na Tapada da Ajuda, que apresenta uma estrutura quadrilátera com claustro e arcadas incompletas. Uma outra obra de arquitetura a destacar é o edifício Banco de Portugal, cujo primeiro exemplar foi Projetado pelo Arquiteto Adães Bermudes e construído entre 1903–1904, no local onde se havia erguido a Igreja de S. João⁷; de destacado valor arquitetónico é também o Banco de Portugal de Faro, datado de 1926, com um forte cunho do Arquiteto Bermudes, ostentando influências revivalistas, neo-manuelinas e islâmicas. Conta-se ainda da autoria de Adães Bermudes os projetos da Igreja Matriz de Espinho/Igreja Paroquial da Nossa Senhora da Ajuda, construída nos finais do século XIX, com planta em forma de cruz latina de uma só nave⁸ e a Igreja Nova de Amorim (Póvoa de Varzim)⁹.

³ Imagem obtida em: Site [em linha] <http://ulisses.cmlisboa.pt/data/002/008/index.php?ml=2&x=008.xml>

⁴ O Prémio Valmor de Arquitetura tem como objetivo premiar obras de elevado recorte arquitetónico dos novos edifícios construídos em Lisboa. Trata-se de um prémio pecuniário, segundo o mencionado no testamento do Visconde de Valmor, Fausto Queiroz Guedes. O prémio então instituído deveria ser repartido em partes iguais pelo arquiteto e pelo proprietário da construção. Este prémio foi associado, desde 1982, ao Prémio Municipal de Arquitetura, tendo passado a denominar-se Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura, gerido pela Câmara Municipal de Lisboa.

⁵ Fonte: Site [em linha] http://pt.wikipedia.org/wiki/Arnaldo_R._Ad%C3%A3es_Bermudes.

⁶ Imagem obtida em: Site [em linha] <http://www.isa.utl.pt/home/node/268>.

⁷ Fonte: Site [em linha] http://www.cm-braganca.pt/pagegen.asp?SYS_PAGE_ID=494068.

⁸ Fonte: Site [em linha] <http://www.cp.pt/cp/detailCulture.do?itemId=358164>.

⁹ Imagem obtida em: Site [em linha] <http://fotos.afasoft.net/div/amorim.htm>.



Figura 4. Edifício Principal do ISA, na Tapada da Ajuda.

Para além dos edifícios referidos, Adães Bermudes é autor dos hospitais da Covilhã e de Oleiros, bem como das cadeias de Anadia e de Sintra. É ainda da sua autoria a ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga.

Adães Bermudes faleceu em Lisboa, em fevereiro de 1947, contando com 83 anos.

3.2. Escolas tipo «Adães Bermudes»: tipologias e características estruturais.

No jornal *O Século*, de 11 de janeiro de 1898, publicava-se a abertura do concurso para apresentação de projetos de edifícios destinados a escolas de instrução primária e o respetivo relatório (Beja *et alii*, 1990: 75), cujo prazo de entrega dos trabalhos era de seis meses.

O programa preliminar do projeto estabelecia que deveriam ser apresentadas peças desenhadas, à escala 1/100, cortes na mesma escala, memória descritiva e justificativa, sob o ponto de vista da construção, da higiene e da pedagogia. São mencionadas ainda as medições para cada tipo de edifício adotado assim como os orçamentos. Era apresentada uma listagem de áreas que contemplava um vestiário, uma ou mais aulas, pátio com recreio coberto, habitação do professor, retretes e urinóis. Neste ponto não era definido o programa de espaços para a habitação e, tal como em 1866, não havia referência ao abastecimento de água (que, provavelmente, exigiria a abertura



Figura 5. Igreja Nova de Amorim, Póvoa de Varzim.

de poço); menciona as instalações sanitárias, embora se não determine soluções para os esgotos, todavia, segundo as “Condições especiais e caderno de encargos...”¹⁰, no Capítulo 1º, refere-se que deveriam ser realizadas duas retretes e respetivas fossas. Zonas para administração da escola, biblioteca, trabalhos manuais, exposições ou arrumações também eram expressamente exigidas. Requeriam-se dimensões para um máximo de 50 alunos por sala, na razão de 1,25m²/aluno, sendo o pé direito de 4m a 4,5m; os pavimentos, de madeira, teriam de ser elevados 1,5m acima do terreno exterior.

Quanto à iluminação natural, excluía-se as entradas de luz pelo teto e exigiam-se janelas retangulares ou com lintel ligeiramente curvo, não se definindo qual a superfície iluminante; textualmente era dispensada a apresentação de soluções para iluminação artificial.

Assinalava-se ainda, sendo considerada a hipótese de escolas mistas, que tornavam-se obrigatoriamente independentes as salas de aula, os sanitários, as respetivas habitações dos professores e até as entradas e os vestíbulos.

¹⁰ Documento manuscrito depositado no AML (Arquivo Municipal de Lousada), transcrito em anexo.

Nas condições especiais do programa, determinava-se que os projetos considerassem três tipos diferentes de edifícios:

Iº – Escolas com uma sala, para 50 alunos (só rapazes ou só raparigas), e habitação para um professor.

- Escola tipo “Adães Bermudes” do Crato: 1 sala, 1 residência (ver Fig.6a; 6b; 6c e 6d).

IIº – Escolas com duas salas para 100 alunos (só rapazes ou só raparigas), com habitação para professor e ajudante (que geralmente era cônjuge ou outro familiar próximo do professor titular).

- Escola tipo “Adães Bermudes” de Vila Pouca de Aguiar: 2 salas, 1 residência (ver Fig.7a; 7b; 7c e 7d).

IIIº – Escolas mistas, com duas salas, para 100 alunos, com duas habitações para os professores e ajudantes respetivos.

- Escola tipo “Adães Bermudes” de Mateus – Vila Real: 2 salas, 2 residências (ver Fig.8a; 8b e 8c).

Como limite para a base orçamental dos edifícios, indicava-se 40\$000 réis/aluno, especificando-se que a este preço correspondiam alicerces a 1,50 m de profundidade.

Pela primeira vez era recomendado que cada tipo de edifício viesse a ser construído de acordo com as técnicas e os materiais próprios de cada zona do país, devendo considerar-se sete regiões distintas:

- Minho e Douro
- Trás-os-Montes
- Beiras
- Estremadura
- Alentejo
- Algarve
- Ilhas adjacentes

A 31 de outubro de 1898 o júri concluiu o parecer de apreciação, aprovando o trabalho da autoria do Arquiteto Arnaldo Redondo Adães

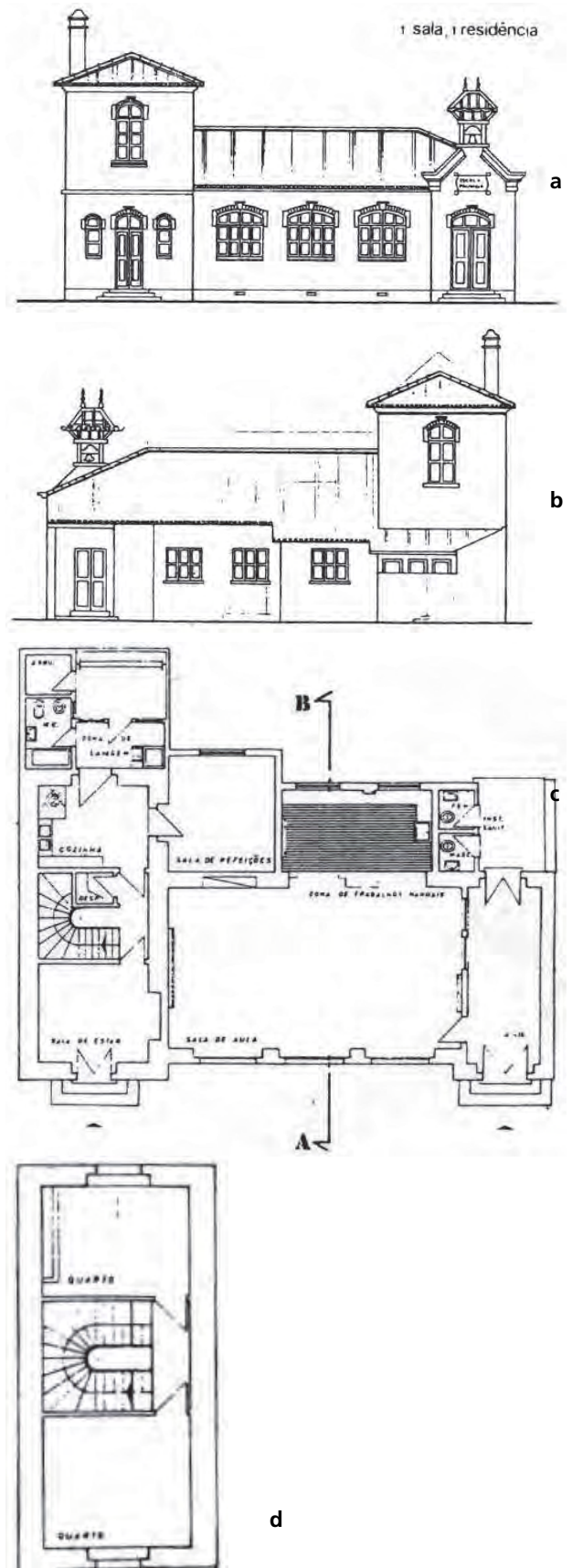


Figura 6. a - Alçado principal; b - Alçado posterior; c - Planta do 1º piso; d - Planta do 2º piso.

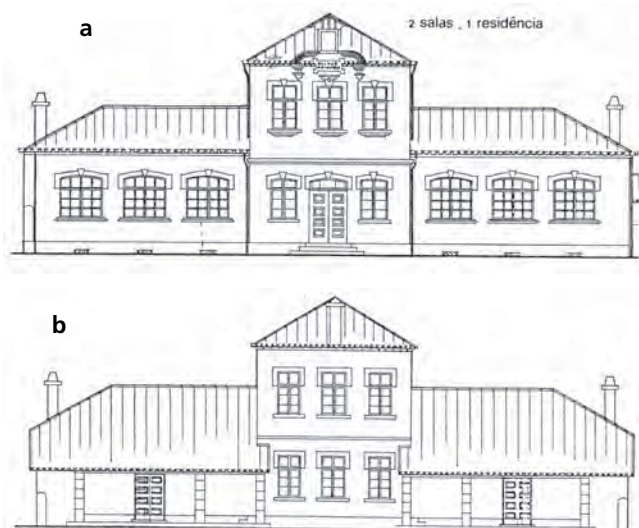


Figura 7. a - Alçado principal; b - Alçado posterior; c - Planta do 1º piso; d - Planta do 2º piso.

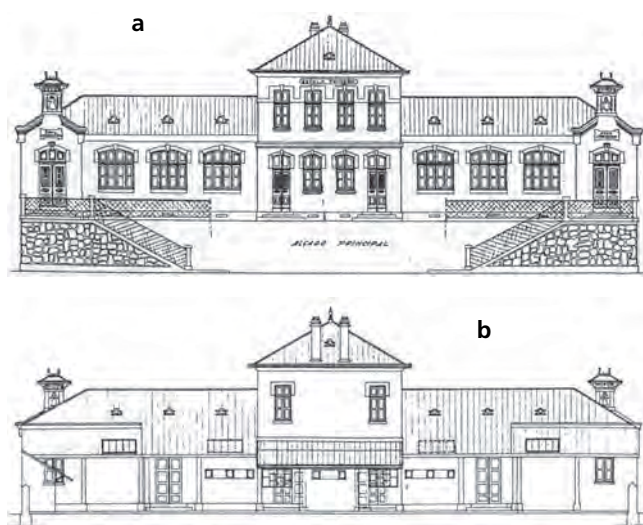
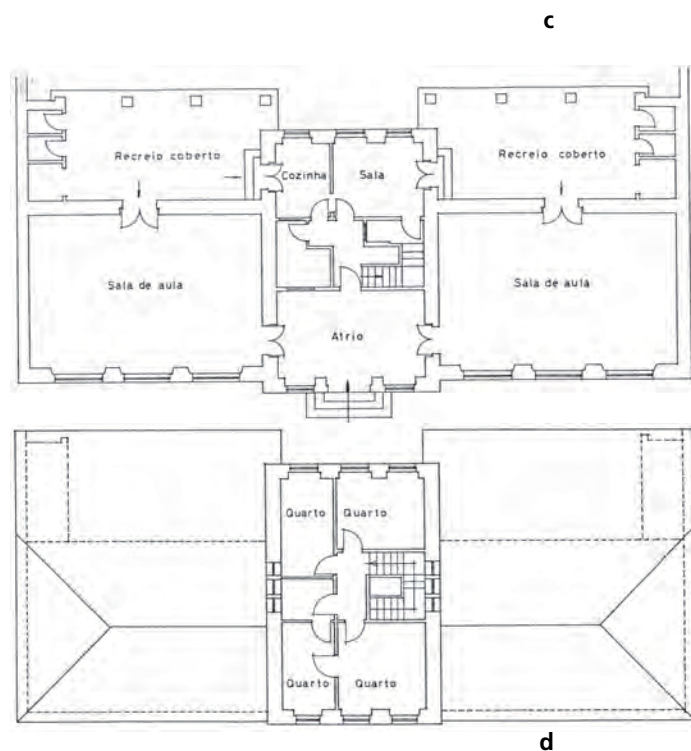
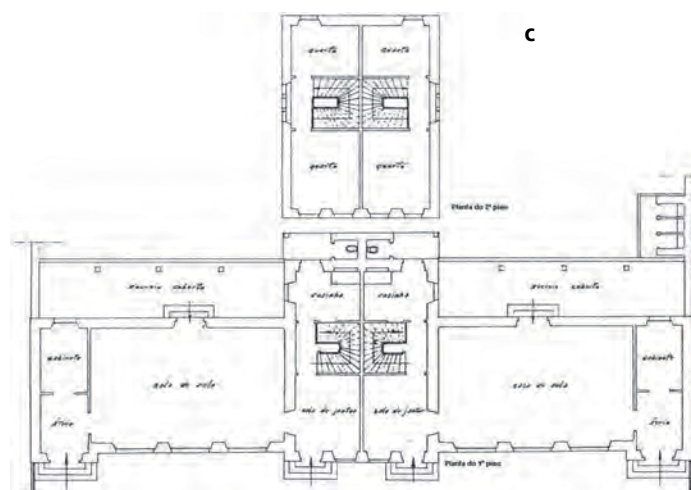


Figura 8. a - Alçado principal; b - Alçado posterior; c - Planta do 1º e 2º piso.



Bermudes que, sob o pseudónimo *Fiat lux*, fora o único candidato a apresentar-se ao concurso público¹¹ (Beja *et alii*, 1990: 76).

4. O ensino primário em Lousada: a escola pública primária de Silves

4.1. Nota introdutória

A necessidade de construção de uma nova unidade escolar destinada à instrução primária em Lousada há muito que se fazia sentir. Januário Correia de Almeida, numa visita ao concelho de Lousada levada a efeito em 1865, então como Governador Civil do Porto, referindo-se às escolas aqui existentes, disse que apenas existiam três escolas, “o que estabelecia a lamentável proporção de uma escola para 4 894 habitantes” (Costa, 2004: 125). Após a visita, foi decretada a construção de “mais uma escola do sexo masculino, e abriu-se um curso noturno na freguesia de Silves, mas sendo ainda assim diminuto este número de escolas para a população do Concelho, estão preparados os processos para se pedir a criação de mais cinco cadeiras de instrução primária, das quais três serão para o sexo masculino e duas para o feminino” (Costa, 2004: 126).

Conquanto o lamentável estado do ensino em Lousada, apesar de ter sido decretada a abertura de um curso noturno e de mais cinco cadeiras de instrução pública, à época a ação por parte da Câmara Municipal não transparece uma concreta e concertada política educativa, sendo, inclusive, “dos poucos Concelhos do Distrito do Porto em que a Câmara resolveu não aceitar o legado de conde de Ferreira para escolas, por entender que por sua parte teria de contribuir com verba tão avultada para satisfazer às condições impostas,

que poderia com ela edificar duas ou três escolas mais modestas” (Costa, 2004: 126). Apesar da alegação, a Câmara Municipal nunca concretizou qualquer projeto de edifício diretamente relacionado com a instrução, mantendo-se por isso ainda por largo tempo as precárias condições de ensino, disto é reflexo a Ata datada de 3 de novembro de 1900¹², da Câmara Municipal de Lousada, em que menciona “que nesta villa, nenhuma das escolas tem edificio próprio, e que a construção de um edificio duplo é duma altíssima vantagem para esta villa e concelho”, citando ainda que as escolas “estão instaladas em edificios impróprios, por não haver condições”. Segundo o “Livro de relação de todas as escolas de instrução primária, legalmente criadas até 31 de julho de 1898”¹³, existiam dois espaços adaptados a escola na Vila, um para o sexo masculino e um outro para o sexo feminino. No momento em que se registou, no citado livro, as escolas de instrução primária existentes em Lousada, eram professores na Vila de Lousada António Dias Campos e Emília Augusta da Conceição e Silva.

O Professor António Dias Campos encontrava-se nesta altura num edifício arrendado, e não tinha casa do professor anexa. Da escola pagava 20000 réis anuais e da habitação 12500 réis anuais, ambas as rendas pagas a 29 de setembro de cada ano. A propriedade da escola era de José de Azevedo Portugal enquanto que a da habitação era Miguel Pinto Ribeiro.

A Professora Emília Augusta da Conceição e Silva tinha casa de habitação do professor, mas a escola encontrava-se arrendada pelo valor anual de 25000 réis, que era paga a 29 de setembro de cada ano. Era proprietário da escola o Sr. João Batista de Carvalho.

Vão ser estes os primeiros professores a lecionar na Escola Primária de Instrução Pública de Silves.

¹¹ Diário de Notícias de 1 de novembro de 1898.

¹² Ata apenas ao “Processo para a expropriação de 150m2 de terreno, na villa de Lousada, para a construção do edificio para a escola dupla dos dois sexos, da mesma villa”.

¹³ Livro depositado no AML.

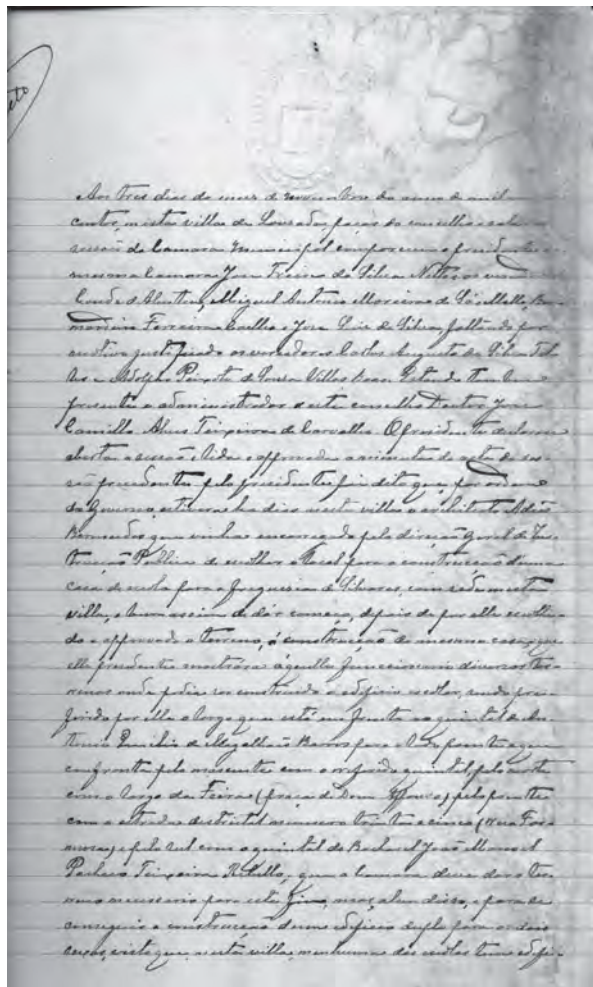
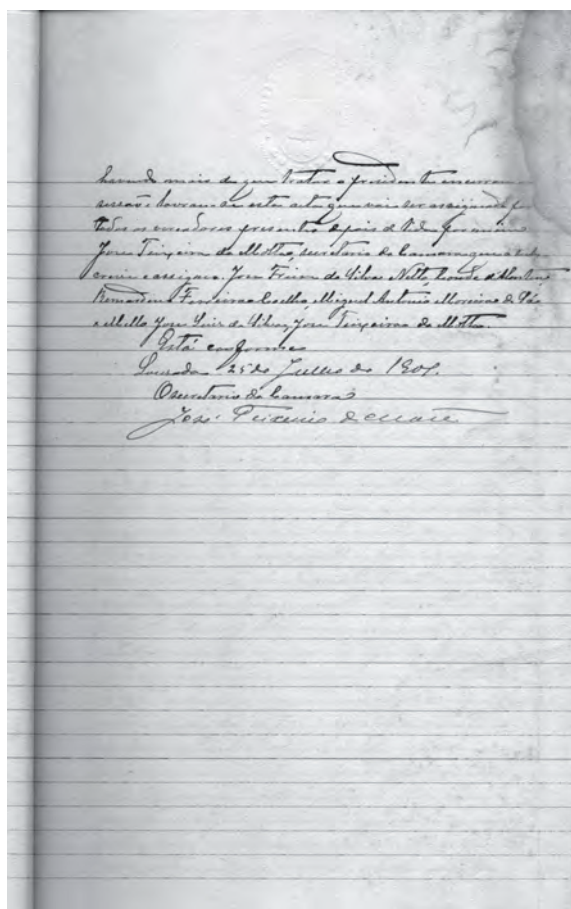
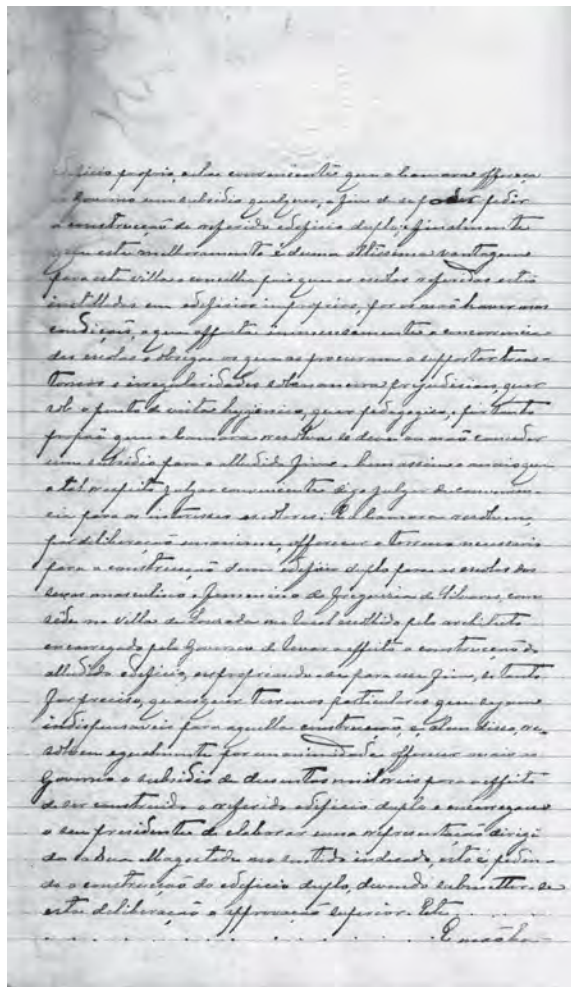


Figura 9. Ata camarária de 3 de novembro de 1900. AML



4.2. Condições especiais e caderno de encargos para a construção por empreitada geral do edifício destinado às escolas públicas do ensino primário na Vila de Lousada.

Em março de 1901, Adães Bermudes, arquiteto diretor da Direção das Construções Escolares de Aveiro, subdelegação do Ministério dos Negócios do Reino, envia à Câmara Municipal de Lousada as “Condições especiais e caderno de encargos para a construção por empreitada geral do edifício destinado às escolas públicas do ensino primário na Vila de Lousada”. cremos que o presente documento poderá, tendo em conta a data de redação, ter sido apenso ao ofício datado de 21 de março, e remetido por Adães Bermudes à Câmara Municipal de Lousada; ofício em que este dá conhecimento da autorização da construção de um edifício destinado a escola primária para ambos os sexos, a despacho do Ministro dos Negócios do Reino, datado de 15 de março.

O documento é composto por dezanove páginas, dividido em três capítulos. O Capítulo 1º, de apenas uma alínea, refere-se à “Designação da empreitada”, onde menciona o fornecimento e transporte de materiais, terraplanagens, alvenarias, cantarias, rebocos, etc., no sentido de um perfeito e completo acabamento da escola e seus anexos e habitações do professor e professora. Ainda neste capítulo, lembra que as escolas (Masculino e Feminino) deverão estar separadas entre si, e que a sua composição será de “dois vestíbulos de entrada, dois vestiários, duas sala de aula, duas retretes para alumnos e respectivos fossos, dois pateos cobertos para recreio e dois jardins vedados por muros; e as habitações de professores, constando cada uma no rés do chão duma sala, cosinha, dispensa no desvão da escada que dá acesso ao primeiro andar e retrete para professor ou professora no primeiro andar separadas por um corredor, existem mais dois quartos”.

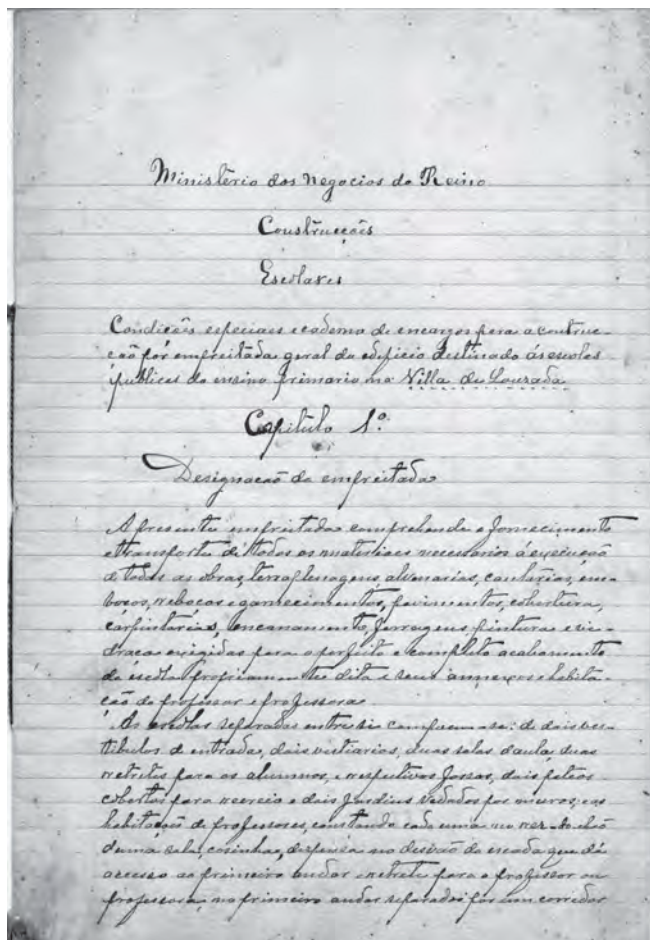


Figura 10. Folha de rosto das “Condições e caderno de encargos...”, datado de março de 1901. AML.

O Capítulo 2º contém trinta alíneas e noventa e nove números, onde se determinam as qualidades dos materiais, nomeadamente as pedras para alvenaria, que deverá ser de granito, duro e limpo; pedra britada preferencialmente a aplicada nas vidraças; pedra para cantaria, a aplicar em degraus, ameias, peitoris, etc., estabelece-se a qualidade das areias e saibros, tijolos e telhas, os tipos de azulejos, ladrilhos e mosaicos, também os cimentos e madeiras, entre outros materiais a empregar na obra.

Relativamente aos azulejos, que no caso da escola de Silvares não chegaram a ser colocados, estes eram da total responsabilidade do arquiteto diretor, no presente caso do Arquiteto Adães Bermudes. Apesar de a escola de Silvares não ter em momento algum possuído azulejos muitas

são as escolas tipo «Adães Bermudes» que gozam deste tipo de revestimento decorativo, encontrando-se estes ao nível dos frisos do telhado, percorrendo o edifício em todo o seu perímetro.

O Capítulo 3º, composto por duas alíneas, respetivamente com os nºs 100º e 101º, refere-se ao “prazo para a conclusão dos trabalhos a fazer”. No nº 100º é estipulado o tempo para a execução de dez meses, referindo “que pelo que a prática tem demonstrado é amplamente suficiente”.

O número 101º, alude às multas a pagar por incumprimento dos prazos previstos no contrato ou se por desmazelo o empreiteiro agravar as despesas de fiscalização e administração. A verificação de uma destas anomalias, salvo se devidamente comprovadas, acarretava o pagamento de uma multa no valor de dois mil réis por cada dia a mais que levassem as referidas obras.

4.3. Processo de expropriação de terreno com vista à construção da Escola de Silves

Data de 1901 o processo de expropriação que visava a privação de 150m² de terreno pertencente a António Emílio de Magalhães Barros, cujo fim era a construção de um edifício para escola dupla dos dois sexos.

Compreende o aludido processo de 28 páginas, constituído por quatro atas camarárias; ofício de Adães Bermudes; Orçamento por louvação; Escritura de expropriação amigável; planta de implantação do edifício escolar (apresentada em reunião de câmara pelo Presidente a 4 de abril de 1901) e duas cartas endereçadas, pela parte da Câmara Municipal, a Adães Bermudes.

Como anteriormente referido, em 1898, a 10 de janeiro, lançou-se o “Programa para a elaboração de projetos de edifícios destinados a escolas de instrução primária”, e, em 1900, o arquiteto Adães Bermudes, que fora o vencedor do concurso, ganha a Medalha de Ouro da

secção de arquitetura escolar na Exposição Universal de Paris. O prestígio “universal” do projeto terá colhido, certamente, as atenções dos responsáveis políticos de Lousada, que se viam, no momento, com um problema entre mãos e que se revelava ser da mais premente resolução. Tratavam-se das escolas de instrução primária da Vila que não tinham edifício próprio, logo, sem as devidas condições para um bom ensino. Será, porventura, neste clima de presente atribula, que a Câmara Municipal concorrerá à construção de um edifício escolar duplo para os dois sexos, a ser construído na freguesia de Silves.

O primeiro documento a que tivemos acesso e que revela estar já em excussão o processo com vista à construção de um edifício escolar, é a Ata

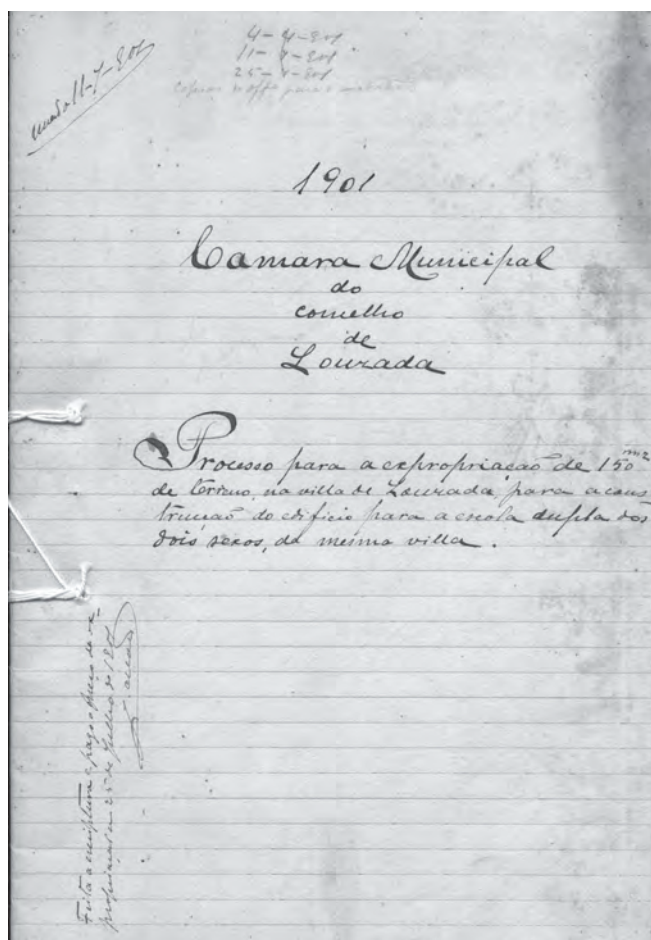


Figura 11. Folha de rosto do “Processo para a expropriação de 150m² de terreno, na villa de Lousada, para a construção do edifício para a escola dupla dos dois sexos, da mesma villa”, datado de 1901. AML.

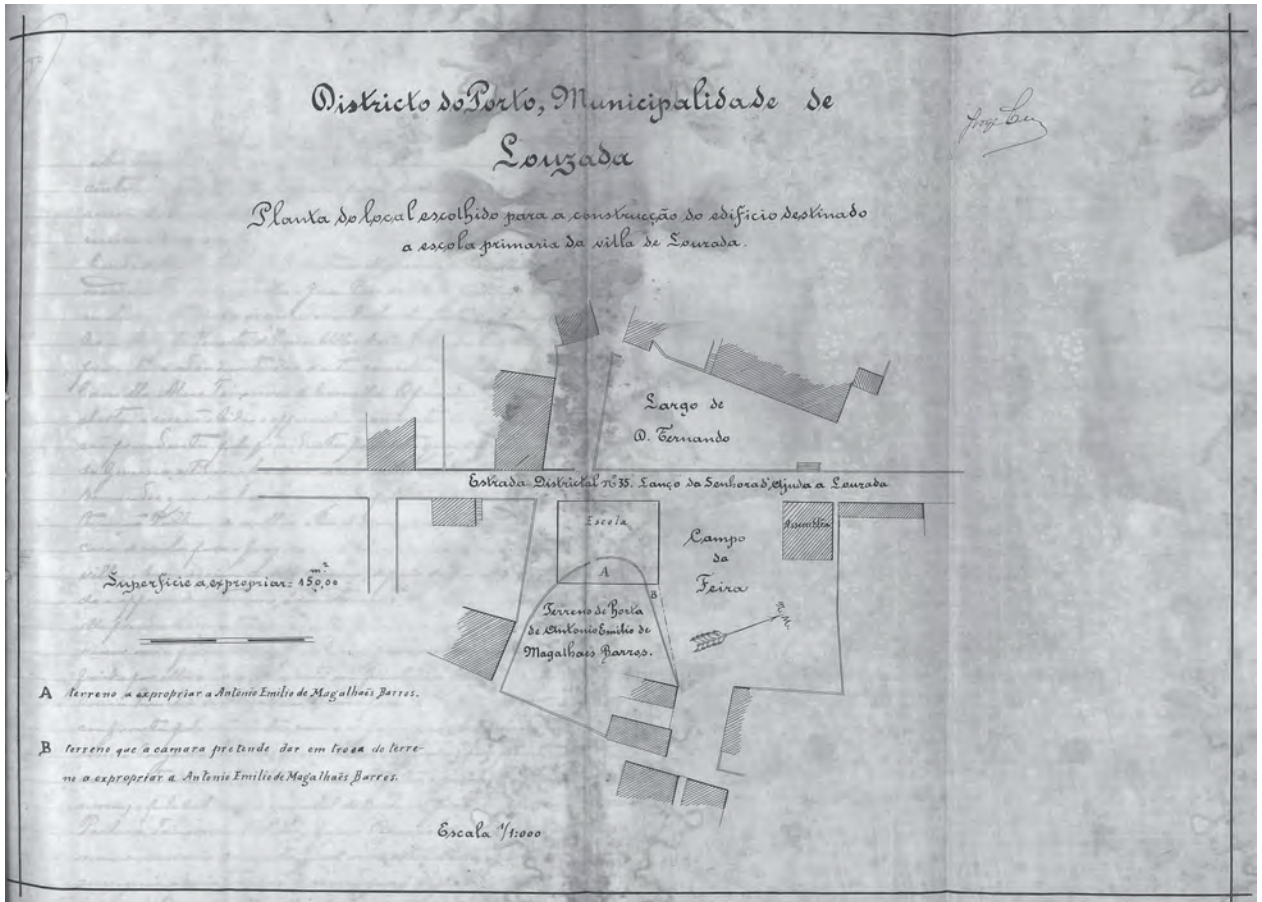


Figura 12. Planta de implantação do edifício escolar apresentada em reunião de Câmara a 4 de abril de 1901. AML.

de 3 de novembro de 1900, em que se cita que por ordem do governo estivera há dias na vila o arquiteto Adães Bermudes, que foi encarregado pela direção geral de Instrução Pública de escolher o local para a construção de uma casa escola para a freguesia de Silvares. A fim de dar começo à construção do edifício escolar o Presidente da Câmara percorreu vários terrenos com o arquiteto, tendo a sua preferência recaído no que se encontrava em frente ao quintal de António Emílio de Magalhães Barros para o lado poente e que confronta pelo nascente com o referido quintal, pelo norte com o Largo da Feira, pelo poente com a estrada distrital número 35 e pelo sul com o quintal do Bacharel João Manoel Pacheco Teixeira Rebello. Chama ainda a dita ata a atenção, de que o Presidente em funções referiu que a câmara deveria dar o terreno necessário para a construção de um edifício duplo para os dois sexos, visto que na vila nenhuma das escolas tinha edifício próprio, e que seria um melhoramento de altíssima vantagem para a

vila e concelho pois que as escolas existentes se encontravam instaladas em edifícios impróprios, por não haver condições.

Apenas a 21 de março de 1901, em ofício da Direção das Construções Escolares (Fig.13a e 13b), assinado pelo Arquiteto Adães Bermudes, endereçado ao Presidente da Câmara Municipal de Lousada, José Freire da Silva Netto, voltaremos a ver noticiada a construção da escola de Silvares. O dito ofício refere que o Ministro dos Negócios do Reino, por despacho de 15 de março de 1901, autorizou a construção de um edifício destinado a escolas primárias para ambos os sexos na freguesia de Silvares, solicitando a abertura de concurso público para a empreitada, cuja base de licitação era de 4 442\$000 réis. Solicita ainda no documento que se proceda à aquisição do terreno estipulando a área de 150m². Com o ofício seguia apensa a planta com a localização e implantação do edifício escolar a construir.

M.ª e G.ª
univ. de 4 de abril de 1901

Tenho a honra de participar a V.ª Ex.ª que V.ª Ex.ª e Município dos Negócios do Rio de Janeiro, por seu despacho de 15 de corrente, se dignou autorizar a construção, de um edifício destinado a escolas primárias para ambos os sexos na freguesia de São Carlos, sede d'esse concelho, devendo abrir-se brevemente concurso publico para a empreitada d'essa construção, sob a base de lances de \$442.000 réis, importância de respectivo orçamento.

Nesta conformidade rogo a V.ª Ex.ª se digne proceder, com a urgência possível, a aquisição de terrenos necessários para a instalação da dita escola, para o que ha necessidade de repartir 150 metros quadrados da propriedade de António Emílio de Magalhães Barros, em harmonia com o que me indicou na planta que acompanha o presente officio.

Por esta occasião, cumpre-me e devo de remetter a V.ª Ex.ª tres exemplares de guias para a entrega na primeira oportunidade, na Recebedoria d'esse concelho, como delegados da Caixa Geral de Depósitos, da quantia de 200\$000 réis, como a Câmara Municipal da muito digna Presidência de V.ª Ex.ª deliberou concorre para auxilio d'aquella construção.

Um exemplar d'essas guias fica na Repartição onde se fez o depósito, outro exemplar devida V.ª Ex.ª devolver-me o com o recibo d'aquella Repartição, ficando o terceiro, com o

competente recibo, em poder d'essa Ex.ª Câmara, como documento comparativo da entrega.

Deus Guarde a V.ª Ex.ª

Direcção das Construções Escolares, Angra, 21 de Março de 1901.

M.ª e G.ª José Teixeira da Silva Netto,
 Dir.ª Presidente da Câmara Municipal
 de Louzada.

O Architecto Director
A. R. Adães Bermudes

Figura 13. Folha 1 e 2 do officio da Direcção das Construções Escolares, datado de 21 de março de 1901. AML.

A Câmara Municipal, tal como cita o officio, deveria entregar na Recebedoria, cuja delegação era da Caixa Geral de Depósitos, a quantia de 200\$000 réis, como constava do acordo aquando do concurso à construção do edifício escolar. Anexo ao officio seguiam também três exemplares de guias com o valor de 200\$000 réis com que a Câmara Municipal comprovaria o depósito do donativo. Estava convencionado que uma das guias deveria ser entregue na Repartição onde se consumasse o depósito, uma outra endereçada ao arquiteto Adães Bermudes, ficando a terceira na posse da câmara, porém, julgamos que a guia que deveria ter sido enviada ao arquiteto não chegou a seguir, já que se encontram dois exemplares destas guias, quando apenas uma deveria constar, que era a Guia nº 1-C.

Logo a 4 de abril reuniu a Câmara Municipal, informando o executivo do anteriormente referido officio da Direcção das Construções

Escolares. No seguimento desta reunião, a 11 de abril 1901, o Presidente da Câmara, enviou a Adães Bermudes uma carta (Fig.15) comunicando-lhe da abertura do processo de expropriação, dando resposta ao officio de 21 de março.

Por solicitação da Câmara Municipal de Louzada, a 3 de junho de 1901, três louvados judiciais realizaram um orçamento por louvação do terreno a expropriar a António Emílio de Magalhães Barros. Cita a louvação, que o terreno fazia parte de quintal vedado com um muro, que o dito terreno possuía árvores de vinho e fruta e uma ramada. Referem os louvadores as confrontações do terreno, e disseram que por se tratar de terreno murado podia valer 250\$000 réis. Avaliaram ainda um pedaço de terra que fazia parte da Feira, que confrontava a sul com o terreno de António Emílio de Magalhães Barros, pelo valor de 25\$000 réis.

5. Considerações Finais

Pela documentação apresentada a construção da Antiga Escola de Silveiras passou por várias vicissitudes, porém, ficou demonstrada a tenaz posição tomada, em finais do século XIX, pela Câmara Municipal de Lousada, com o fito de ver a Vila de Lousada dotada de uma moderna infraestrutura vocacionada para o ensino primário, o que permitia assim a substituição das antigas “casa escola” que se encontravam dispersas pela Vila e que não apresentavam as devidas condições a um ensino proficiente.

O procedimento que levou à construção da escola iniciou-se em finais de 1900, dando-se no ano seguinte a conclusão de todo o processo que culminou com a assinatura de expropriação

amigável a 25 de julho de 1901; tendo em consideração que era estipulado o prazo de dez meses para a realização das obras, julgamos que a escola terá aberto as portas aos alunos no início do ano letivo de 1902, deixando para trás os edifícios precários onde até então se vinha a lecionar.

Com o presente estudo, ainda que incipiente, julgamos ter contribuído para o engrandecimento da História Local de Lousada, mas, e acima de tudo, o de ter lançado um apelo à necessidade de preservação da memória coletiva. Que estas páginas sirvam para relembrar vivências de um grupo num passado recente.

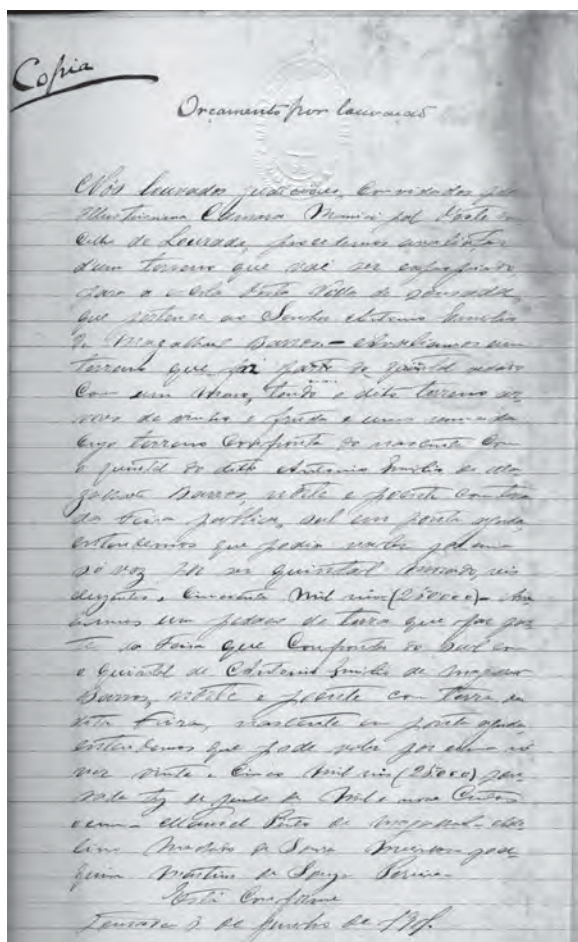


Figura 16. “Orçamento por louvação”, datado de 3 de junho de 1901. AML.

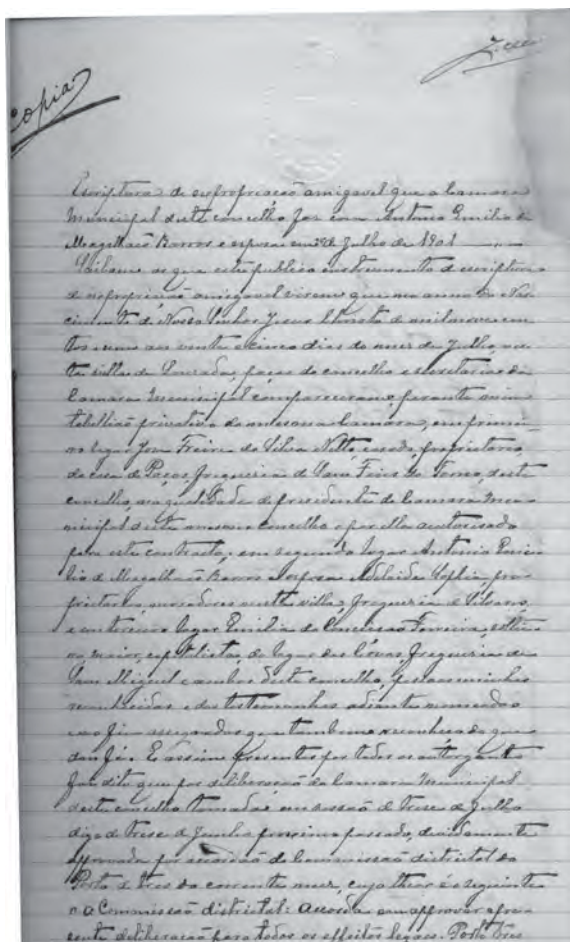


Figura 17. Folha de rosto da “Escritura de expropriação amigável...”, datada de 25 de julho de 1901. AML.

6. Bibliografia

Fontes documentais

Bermudes, A.R.A. (1901) - *Condições especiais e caderno de encargos para a construção por empreitada geral do edifício destinado às escolas públicas do ensino primário na Villa de Lousada*. Aveiro: Ministério dos Negócios do Reino: construções escolares. Arquivo Municipal de Lousada.

Processo para a expropriação de 150m2 de terreno, na villa de Lousada, para a construção do edifício para a escola dupla dos dois sexos, da mesma villa. Lousada: Câmara Municipal, 1901. Arquivo Municipal de Lousada.

Fontes impressas

BEJA, F. et alii (1990) – *Muitos anos de escolas: edifícios para o ensino infantil e primário. Até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação – Direção-Geral de Administração Escolar.

COSTA, F.B. (2004) – *História do Governo Civil do Distrito do Porto*. Porto: Governo Civil do Distrito do Porto. ISBN: 972-99221-0-1.

DINIZ, J. (1951) – Biblioteca Municipal, in *Jornal de Lousada*, 3 de fevereiro. Lousada. pp. 1-2.

GONÇALVES, C. (2002) – Adães Bermudes: Nova conceção do espaço escolar, in *Património Escolar: Escola Primária, alicerce de uma caminhada*. [Lisboa]: DREC – Ministério da Educação. pp. 54-57.

MAGALHÃES, V. (2002) – O Museu-Biblioteca de Lousada. in *Lousada: Coletânea de Autores Locais*, Vol. II. Lousada: Câmara Municipal. pp. 138-139. ISBN 972-8787-02-0.

OLIVEIRA, C. e ALVES, E. (2005) – Fazer a história da escola primária em Casa Branca. Projeto de inventário e musealização, Montemor-o-Novo, in *Episteme*, nº 20, suplemento especial. Porto Alegre. pp. 295-302.

SOTTO-MAIOR, O. (1951) – Biblioteca Municipal, in Secção INICIATIVA, *Jornal de Lousada*, 3 de março, Lousada. p. 1.

Periódicos consultados

Jornal de Louzada

Documentos eletrónicos

<http://aminhasintra.net>

<http://fotos.afasoft.net/div/amorim.htm>

<http://pt.wikipedia.org>

<http://ulisses.cm-lisboa.pt>

<http://www.cm-braganca.pt>

<http://www.cp.pt>

<http://www.dren.min-edu.pt>

<http://www.isa.utl.pt>

Anexo

“Condições especiais e caderno de encargos para a construção por empreitada geral do edifício destinado às escolas públicas do ensino primário na Vila de Lousada”

Ministério dos negócios do Reino

Construções Escolares

Condições especiais e caderno de encargos para a construção por empreitada geral do edifício destinado às escolas publicas do ensino primário na Villa de Lousada

Capítulo 1º

Designação da empreitada

A presente empreitada comprehende o fornecimento e transporte de todas os materiaes necessários à execução de todas as obras, terraplanagens, alvenarias, cantarias, emboços, rebocos e garnecimentos, pavimentos, cobertura, carpintarias, encanamentos, ferragens, pintura e vidraças exigidas para o perfeito e completo acabamento da escola propriamente dita e seus annexos e habitações do professor e professoras.

As escolas separadas entre si compõem-se: de dois vestíbulos de entrada, dois vestiários, duas salas daula, duas retores para os alunos, e respetivos fossos, dois pateos cobertos para recreio e dois jardins vedados por muros; e as habitações de professores, constando cada uma no res-do-chão duma sala, cosinha, dispensa no desvão da escada que dá acesso ao primeiro andar e retere para o professor ou professora no primeiro andar separada por um corredor[fol.1] existem mais dois quartos.

Dos trabalhos acima mencionados devem ser excetuadas as terraplanagens ou outros serviços que possam ser effectuados pelas corporações ou particulares, bem como quaisquer fornecimentos feitos por particulares ou por o estado.

Antes de começarem as obras será fornecido ao empreiteiro conjuntamente com os projetos, medições, etc., uma lista dos auxílios que tiverem sido offerecidos em trabalho braçal, transportes em materiaes, cumprindo-lhes reclamar esses auxílios em devido tempo e previnir o architecto Director, quando os mesmos auxílios tardarem a ser fornecidos.

Capítulo 2º

Condições especiais

Qualidades dos materiaes

I. Pedras para alvenaria

1ª. A pedra para alvenaria em fundações, paredes e muros de vedação será de granito duro e limpo, offerecendo superficies que se prestem a um bom assentamento e a adherencia da argamassa, sendo rasoaveis dimenções.

II. Pedra britada

2ª Será extremamente dura dando-se preferênciã a vidraça, de formas angulares, variando entre 0m,04 a 0m,06 Quando applicada em burgal para betanilhas terá 0m,02 a 0m,04.

III. Pedra para cantaria

3ª A pedra para cantaria applicada em degraus e soleiras será de granito friso apparelhada á picóla. Será dura de côr uniforme clara, de contextura compacta e homo[fol.2]genea e isenta de ..., abelhuras ou outros quaisquer defeitos.

4ª A pedra para cantaria em peitoris, hobreiras, fechos, impostas, cornijas, e columnas e campanarios, será de granito fino aparelhado á escada, e será dura, de côr clara e sem manchas ou veios e isenta de qualquer defeito.

IV. Areias e saibro

5ª A areia para a argamassa será de grão igual, forma angulosa e isenta de argilla, terra ou substancias estranhas. Consente-se porem para a formação das argamassas ordinarias o emprego de saibro, que deverá ser sêco, aspero, abundante em quartzo e não conter argilla em excesso. Toda a areia ou saibro devem ser passadas á ciranda, antes de utilizados, o diametro dos grãos nas areias grossas não devera exceder 0m,001 mellimetros.

6ª A areia para estuques será passada ao crivo e cuidadosamente separada de quaisquer substancias estranhas. O seu diametro será comprehendido em 0m,005 e 0m,001 mellimetros.

V. Tijolos e telhas

7ª Estes materiaes devem offerecer uma perfeita homogeneidade de contextura sem fundas cavidades ou corpos estranhos, apresentando um bom cheio e claro, uniformidade de côr e complecta regularidade de formas, respeitando-se todos os tijolos e telhas que estiverem empenasdas e que não forem duras e impermeiaveis[fol.3].

As telhas e tijolos deverão ser de primeira qualidade.

VI. Azulejos

8ª Os azulejos serão de padrão, côres e dimensões que forem indicadas ao empreiteiro, devendo ser bem cosidos, sonoros, resistentes, impermeiaveis, de formas regulares e faces superiores desempenadas, arestas vivas, desenho, esmalte e vidrado perfeito.

VII. Ladrilhos mozaicos

9ª Estes ladrilhos devem ser extremamente rijos, compremidos a elevada pressão, de arestas vivas, formas regulares, superficies desempenadas, cores límpidas, e só devem ser empregados depois de inteiramente seccos.

VIII. Manilhas de grés

10ª Toda a tubagem e aparelhos de grés devem ser resistentes, sonoros, perfeitamente vetrificados, sem a menor fenda, falha ou bolha, com as espessuras convenientes, vidrados interior e exteriormente, tendo as ligações estriadas para facilitar a adherencia da argamassa na vedação das juntas.

IX. Cal

11ª A cal para as argamassas ordinarias poderá ser cosida a carvão. A cal para emboços, rebocos e guarnecimentos sera cosida a lenha e posta na obra antes de extincta, devendo ser isenta de qualquer fragmento encroado ou recosido e de quaisquer corpos estranhos[fol.4].

X. Cimentos

12ª Os cimentos empregados, assim como todos os outros materiaes, serão de procedencia nacional e de presa lenta. O seu indice de hydraulicidade será entre 0m,42 e 0m,48, residuo no peneiro de 5000 malhas, não será superior a 30% e a 50% no de 900 malhas. A barydade será de 1.200 a 1.300 kilos, a presa não começará antes de meia hora nem terminará depois de tres horas. A resistencia á tração no fim de 6 dias não será inferior a 30 kilos e a compressão 220 kilos no mesmo praso de tempo.

13ª Nenhum cimento será empregado antes do typo ter sido experimentado e approvedo pelo architecto Director.

14ª Registrar-se-ha toda a barrica de cimento que mostre ter soffrido qualquer avaria

XI. Gesso

15ª O gesso será finalmente digo será finamente e bem cosido sem ser requeimado e a pasta depois de seca será consistente.

16ª O typo de gesso a empregar será sujeito a aprovação do architecto Diretor.

XII. Madeiras

17ª As madeiras empregadas na construção da escola serão como o indicam as condições e orçamentos da mesma o castanho em portas exteriores, taboas de peito caixilhos, bandeiras de vidraça exteriores, e o [fol.5] pinho nacional em todo o restante da construção.

18ª Todas estas madeiras serão perfeitamente sãs, cernosas de fibras direitas e unidas, e isentas de fundas cavidades ou excesso de nós.

19ª Todas as madeiras empregadas em esquadrias, como portas, caixilhos, solhos etc, serão perfeitamente secos, e só excepcionalmente se poderão empregar envigamentos, madeiras com menos dum anno de corte.

20ª Todas as ferragens empregadas deverão ser de material de primeira qualidade e acabamento perfeito, funcionando com facilidade e segurança perfeita, e tendo as formas e dimensões indicadas nas medições.

Antes de serem empregadas, deve o typo de cada uma dellas ser approvedo pelo architecto Diretor.

XIII. Chapa de vidraça

21ª Será de fabrico nacional, clara sem bolhas, bem desempenado de espessura uniforme.

XV. Tintas

22ª Serão de cores puras, finamente moídas, cobrindo bem. As que forem empregadas interiormente não offerecerão brilho, sobre tudo nas salas das aulas, e poderão ser lavadas frequentemente sem se alterarem, as exteriores serão brilhantes inatacaveis pelos agentes atmosfericos [fol.6].

23ª Serão preferidas as de genero Repolui ou Sanitary Enamel de fabricação nacional.

Execução dos trabalhos

XVI. Terraplanagem e fundações

24ª Antes de dar principio á execução da obra, o empreiteiro no dia combinado com o architecto diretor ou fiscal assitira ao tracado da planta do edificio no terreno, sendo-lhe marcado por essa occasião o perímetro e principaes dimensões do edificio e as cotas servirão para o nivelamento do local e para a avaliação do volume e transporte de terraplanagens a effectuar.

25ª As escavações para fundações diversas paredes serão feitas até á profundidade onde se reconheça a sua natureza do solo, e, se for encontrada rocha muito á superficie, deverá abrir-se nesta uma caixa de 0m,30 com resaltos em forma de escada se a rocha for inclinada.

26ª Logo que se tenha encontrado terreno firme em toda a extensão dos cavoucos, o empreiteiro avisará o architecto Diretor ou o seu fiscal, a fim de se verificar a profundidade destas antes do seu enchimento.

XVII. Alvenaria ordinaria em fundações, paredes e muro de vedação

27ª Toda esta alvenaria será feita em pedra nas condições já citadas, desbastada a martello cuidadosamente de modo a dar um assento perfeito em todas as paredes digo as pedras, que irão convenientemente travadas, batidas e [fol.7] macissadas em argamassa de cal em pó e areia ou saibro ao traço de 1:2.

28ª Os alicerces á altura dos alizamentos serão em toda a sua extensão revestidos no sobreleito de uma camada de asphalto em cimento de 0m,015 de espessura, a fim de proteger as paredes contra a humidade do solo.

29ª Os muros de vedação serão arredondados no coroamento para evitar a infiltração das aguas pluviaes.

XVIII. Alvenaria de tijolo

30ª A alvenaria de tijolo será assente em argamassa de cal, cimento e areia, com as juntas tomadas na occasião do assento e alegradas a branco nos paramentos a vista molhando-se os tijolos na occasião do assentamento.

XIX. Alvenaria hydraulica

31^a As paredes da fossa serão executadas em alvenaria hydraulica, composta de pedra rija, assente em argamassa de cal, cimento e areia ao traço de 2:1:4.

32^a As superfícies interiores das paredes da fossa e a superfície interna da abobada serão rebocadas com uma camada de dois centímetros de espessura de argamassa de cimento e areia ao traço de 1:3.

XX. Cantarias

33^a As cornijas dos vestibulos, facha ao nível do primeiro andar, fectos, impostas e peitoris, serão aparelhados á[fol.8] escoda e arestas avivadas a cinsel.

34^a Na parte posterior do edificio, todas estas peças, bem como todos os degraus, serão aparelhados á picola.

35^a Todos os leitos serão regulares e assentes em argamassa de cal, cimento e areia fina, ao traço de 2:1:4. As caudas de cada pedra abrangerão toda a espessura do muro.

36^a O empreiteiro velará pela boa conservação da cantaria durante a execução das obras, a fim de que não venham a partir-se as arestas em molduras.

XXI. Pavimentos

37^a Os pavimentos dos vestiarios, recreios cobertos e retretes, serão feitos em betonilha composta por uma primeira camada de 0m,10 de pedra britada e argamassa de cimento, cal e areia ao traço de 1:2:4, perfeitamente batida de uma segunda camada de 0m,05 de espessura de burgal rijo e lavado e argamassa de cimento e areia ao traço de 1:3 duma terceira camada de argamassa de cimento e areia lavada de 0m,01 de espessura ao traço de 1:3. As camadas superiores devem ser sobrepostas ás inferiores antes destas secarem completamente.

38^a Nos recreios cobertos e nas retretes estes pavimentos terão um ligeiro escoamento para o jardim.

39^a No alpendre traçar-se-hão no sentido da escoante á distancia de 0m,80, juntas, ficticias de 0m,005 de largura e de 0m,01 de profundidade, bem como ao longo das paredes, e o pavimento[fol.9] será emitado no bordo exterior por um cordão de pedra de calçada que o isolará do terreno.

40^a Os pavimentos dos vestibulos serão feitos de ladrilho mozaicco perfeitamente assentes em argamassa de cimento sobre uma camada e brita batida a maço.

41^a O empreiteiro deve velar cuidadosamente pela conservação dos pavimentos durante as obras.

XXII. Azulejos

42^a Nos frisos dos telhados haverá em volta do edificio uma fachada de azulejo (...) cores, cujo padrão será fornecido pelo architecto Director ao empreiteiro.

43^a Os azulejos serão applicados em fiadas perfeitamente regulares e ficarão bem assentes no mesmo plano, sem offerecerem resalto algum.

XXIII. Esgotos

44^a O collector das retretes será composto de tubos de grés systema Doulton, com a disposição e dimensões indicadas no projeto.

45^a Para os auctoclysmos, systema especial e economico, serão fornecidos detalhes ao empreiteiro que em todo o resto se conformará com as disposições do projeto.

XXIV. Argamassas

46^a A argamassa ordinaria será preparada em local ao[fol.10] abrigo do sol e da chuva e só podera ser applicada depois de perfeitamente amassada.

47^a Para a argamassa de alvenaria empregar-se-ha a cal em pó cosida a carvão, e areia ao traço de 1:2.

48ª Em toda a argamassa destinada a emboços empregar-se-ha a cal cosida a lenha, extinta com o mais escrupuloso cuidado, ao traço de 1:3.

49ª Para a argamassa em rebocos empregar-se-ha a cal nas mesmas condições e areia ao traço de 1:2.

50ª Para a argamassa destinada a guarnecimentos empregar-se-ha a mesma cal e areia fina ao traço de 1:2.

51ª Para a argamassa destinada ao estuques, em tetos, adicionar-se-ha a precedente e conveniente percentagem de gesso.

52ª O exterior do edificio será estucado com côr na massa, no tom e tinta que forem indicados ao empreiteiro.

53ª O embosamento do edificio será revestido de carapinha á tyroleza.

XXV. Carpintarias

54ª O tabiques serão formados com pranchão de pinho nacional de 0m,06 de espessura e fasquiado por ambas as faces[fol.11].

55ª O fasquiado empregado em tabiques e tetos será de pinho nacional, sendo as fasquias distanciadas de 0m,015 nos tetos e 0m,003 nos tabiques.

56ª Os vigamentos serão feitos de pinho nacional com as dimensões designadas no projeto e medições e com tarugos distanciados de 0m,40 de eixo a eixo.

57ª O solho a empregar será de pinho nacional, ligado a macho e fema e pregado a prego escondido, sendo á portuguesa em todo o edificio, exceto nas salas das aulas em que será á inglesa.

58ª O madeiramento das coberturas será de pinho nacional, compondo-se de linhas pemas, penduraes, enveis, tacaniças, fileiza e madres das medições indicadas no projeto e medições.

59ª As diferentes peças das asnas serão ligadas pelas ferragens convenientes para a sua perfeita segurança.

60ª Os prumos para apoio da cobertura dos alpendres serão de pinho nacional com as arestas chanfradas e terão as dimensões no projeto.

61ª O varedo é ripado para a cobertura será de pinho de 1ª qualidade ficando perfeitamente alinhado para a boa collocação do telhado.

62ª Todos os vaos das portas, caixilhos e aros de golla serão[fol.12] de castanho.

63ª As portas exteriores serão de castanho e terão dois batentes, sendo engradadas com almofadas replaniadas por uma face e mettidas a meio fio, tudo a espessura de 0m,045.

64ª As almofadas do centro das portas principaes serão abertas para levar grillhagem de ferro forjado, destinadas a resguardar um caixilho envidraçado.

65ª As portas interiores de um e dois batentes serão de pinho nacional tambem engradadas, com molduras levando almofadas replainadas por ambas as faces, mettidas a meio fio, tendo 0m,03 de espessura.

66ª Os caixilhos para as janellas e dois batentes serão de castanho e terão 0m,03 de espessura.

67ª Os caixilhos para as janellas de quatro batentes na frente da aula serão de castanho e terão 0m,035 de espessura abrindo de balanço os quatro batentes e de basculas os dois corpos centraes das bandeiras abrindo de balanço os lateraes.

68ª Todos os vãos das portas e janellas interiores e exteriores levarão bandeiras envidraçadas.

69ª As portas para as retretes dos alumnos serão de castanho a macho e fema, tendo 1m,50 de altura e as paredes divisorias serão de tabique fasquiado[fol.13].

70ª As taboas de peito serão de castanho e terão a espessura de 0m,045 na parte mais grossa.

71^a A escada será de pinho nacional á francesa e de leque, compondo-se de duas pernas com ranhuras conbermas de 0m,02 de profundidade, fazendo a de fora de guarda chapim e a de dentro de roda-pé onde os degraus se vão feixar pelos seus extremos. Estas pernas terão de espessura 0m,05 e a largura compreendida no roda-pé de degraus e fasquiado.

72^a Os cobertores terão 0m,04 de espessura terminando o focinho em bocel e filette; o espelho terá 0m,025 de espessura sendo mettido a meio fio no cobertor.

73^a Os balaustres serão chanfrados ou torneados segundo o perfil que será fornecido e serão de pinho nacional assim como o corrimão.

74^a Os ...interiores e roda-pés serão de pinho nacional.

75^a Nas paredes dos vestiarios haverá cabides e prateleiras de pinho nacional para os alumnos deporem as vestes e mantimentos.

XXVI. Telhado

76^a A telha a empregar nas coberturas será do typo modelo marselhez de primeira qualidade de primeira qualidade e cuidadosamente aramada, de primeira qualidade e cuidadosamente aramada, e o espigão guarnecido com telhões e remates do mesmo systema, levando tambem telhas proprias para[fol.14] a ventilação do madeiramento.

77^a Os algeroses tubos de queda e curvas de ligação serão feitos com a forma e dimensão do modelo com zinco 41.11 e pintado exterior e interiormente em tinta Sanitary Enanell (sic), podendo o architecto Diretor auctorisar a substituição do zinco por chapa de ferro zincado.

78^a Os tubos de queda até á altura de dois metros do solo serão de ferro fundido.

XXXVIII. Obras metalicas

79^a As portas dos vestibulos e habitações dos professores levarão nas almofadas uma grelhagem simples, em ferro forjado, do modelo indicado nos detalhes.

80^a Os ventiladores da caixa d'ar levarão ralos de ferro fundido.

81^a As asnas levarão abraçadeiras, cavilhas e esquadros de ferro para consolidar as diferentes assemblagens.

82^a Cada uma das portas dos vestibulos e das habitações dos professores levarão as ferragens seguintes: as dobradiças de marco de rodar á quina, uma fechadura de caixão, com cacheta, escudete e chave; um puchador de ferro esmaltado; um fecho de quatro palmos, reforçado; um fecho de um palmo reforçado; quatro dobradiças de junta de tres pollegadas; 2 fechos de três pollegadas.

83^a As portas posteriores das aulas e das cosinhas, le[fol.15]varão as ferragens seguintes: 6 dobradiças de marco de rodar a quina; 1 fechadura de caixão de trinco para puchador; 1 puchador de ferro esmaltado; 1 fecho de quatro palmos, reforçado; 1 fecho de 1 palmo, reforçado.

84^a Cada uma das portas das casas dos professores para as aulas terá as seguintes ferragens; 6 dobradiças de marco de rodar á quina, uma fechadura de caixão simples com trinco; 1 fechadura de ferro esmaltado; 1 fecho de tres palmos de embeber á face; um fecho de um palmo.

85^a As portas interiores de dois batentes terão: 6 dobradiças nó ao alto de quatto pollegadas, um trinco com puchador de ferro esmaltado; 1 fecho de tres palmos e embeber á face; 1 fecho dum palmo de embeber á face.

86^a As portas interiores dum batente terão: 3 dobradiças de nó ao alto de quatro pollegadas; uma fechadura de caixão simples com trinco; 1 fecho de três palmos de embeber á face; um fecho de um palmo de embeber á face; 1 puchador de ferro esmaltado.

87^a As janellas das aulas levarão: oito dobradiças de junta de nó ao alto de quatro pollegadas: 8 dobradiças a marco para vidraça; 3 fechos de tres palmos de embeber á face; 2 fechos de mola; 2 trincos de cordão; 2 roldanas para báscula[fol.16].

88^a As janellas dos vestiarios levarão: 4 dobradiças de marco para vidraça; 1 tranqueta.

89ª As frestas das aulas levam: 2 dobradiças e marco para vidraça; 1 trinco de cordão; 1 roldana para bascula.

90ª As portas e caixilhos das janellas da residência dos professores levarão: 4 dobradiças de marco para vidraças; 4 dobradiças de marco para portas e persianas; 1 fecho de tres palmos de embeber á face; 1 fecho dum palmo de á face; 1 tranqueta.

91ª Cada um dos caixilhos centraes da janella da escada levarão: 2 dobradiças de marco para vidraça e dois fechos pequenos.

92ª Cada uma das portas das retretes das residencias dos professores levará: duas dobradiças de marco de rodar á quina; 1 trinco com molas e puchador.

93ª As portas das retretes dos alumnos, levarão: duas dobradiças de junta; nó ao alto de 4 pollegadas; 1 aldravagata de botão.

94ª As portas dos quintaes levarão: 6 dobradiças de chumbadouros; uma fechadura forte; 1 tranca de ferro com chumbadouro.

95ª Todas as ferragens serão fortes e bem acabadas, funcionando com toda a facilidade e antes de serem[fol.17] empregadas deverão os seus serem sujeitos a aprovação do architecto Diretor.

XXIX. Pintura

96ª Todas as portas interiores e respetivos guarnecimentos, bem como os roda-pes, serão preparados a colla e passadas a pedra e lixar, levando depois tres demãos de tinta a oleo ou duas de Sanitary Enamel.

97ª As portas exteriores e caixilhos levarão aparelho a oleo e tres demãos de tinta ou duas de Repolui ou Sanitary-Enamel. Entende-se que estas demãos devem ser dadas de modo a cobrir completamente a madeira.

98ª As portas exteriores, interiores e seus guarnecimentos, algeroses, tubos de queda, prumos do alpendre e escoras do beiral, devem ser pintadas a côres e tons que serão indicados pelo architecto diretor. Os caixilhos das janellas devem ser pintados a branco.

Nenhuma tinta poderá ser applicada antes do architecto ou seu fiscal vereficarem o acabamento da porta que deve ser pintada, e todos os nós das madeiras devem ser previamente queimados.

XXX. Chaminé

99ª As fugas para as chaminés, serão feitas no interior da parede por orificios de 0m,60 de comprimento e 0m,14 de largura, as chaminés serão de folha de ferro com as dimensões e formas do projeto[fol.18].

Capítulo 3º

XXXI. Prazo para a conclusão dos trabalhos a fazer

100ª Para a execução completa de todos os trabalhos da construção desta escola é concedido ao empreiteiro o prazo de dez meses, que a pratica tem demonstrado ser completamente sofficiente.

£ unico Este tempo será contado a partir da data da assignatura do contracto.

101ª Com o fim de evitar, que por desmaselo do empreiteiro se se aggravem, sem necessidade, as despesas de fiscalisação e administração destas obras, será o empreiteiro obrigado a pagar a multa de dois mil reis por cada dia a mais que levarem as referidas obras, salvo caso de absolucta força maior, devidamente comprovada e reconhecida pelo architecto.

Direção das Construções Escolares, Aveiro, (...) de março de 1901

